

## GENTE REMOTA\*

por

Miguel Vale de Almeida\*\*

Há milhares de anos, seres humanos retrataram em rochas as imagens daquilo que para eles tinha importância, fazia sentido, aquecia a alma e dava a ilusão de agirem sobre o mundo. Um resto desse gesto tem agora o nome de gravuras de Foz Côa. Na época em que foram feitas, nem o local se chamava Foz Côa, nem a língua falada por esses homens e mulheres era português. Só milhares de anos depois surgiria Portugal, e depois Descobrimentos, cuja memória é zelosamente preservada por todos, do Governo às criancinhas das escolas.

A polémica em torno das gravuras e da barragem é absurda. Por uma razão muito simples: é que nem devia ter havido polémica. Esperar-se-ia que fosse evidente, para não dizer automático, que, uma vez descobertas, fosse abandonada a ideia da barragem e se sentisse em relação a este património um entusiasmo no mínimo igual ao que as entidades sentem em relação aos Descobrimentos.

Mas não. É que temos aqui um problema cultural mais profundo. O PÚBLICO divulgou um inquérito que correlacionava o grau de instrução com a vontade de preservação das gravuras. Nesse caso, só se pode concluir que no IPPAR e no Governo a instrução é pouca. O problema cultural não se fica por aqui. No meio do torpor cultural que devia fazer com que a nossa idade se chamasse, ela sim, “da Pedra”, investe-se na eterna celebração dos Descobrimentos. Provavelmente já se gastou mais dinheiro nas suas celebrações do que se perderia não construindo a barragem. Ao Estado interessa celebrar os Descobrimentos porque a sua mitologia contribui para o reforço do Estado-Nação, da sua afirmação no mundo, e na criação de uma compensação afectiva para a decadência. Triste desculpa: um país devia afirmar-se por ser culto, democrático e igualitário, e não pelo seu passado mercantil ou colonial.

---

\* Publicado no jornal *Público*, de 26-02-95.

\*\* Antropólogo. Professor do ISCTE (Lisboa).

Existe em Portugal um senso comum generalizado, desde o século XIX, em torno dos Descobrimentos. Quase sempre sem o mínimo sentido crítico sobre o que eles constituíram para “os outros”. Se há uns anos se celebrava a glória do império, hoje a correcção política pós-integração europeia obriga ao elogio da vertente “encontro de culturas”. Esta expressão, em si positiva, é no entanto usada como um fetiche. É uma expressão a que não corresponde nenhum conteúdo. Basta ter visto uma exposição promovida pela Igreja Católica, intitulada... “Encontro de Culturas”: um panegírico do sofrimento dos missionários às mãos de algozes selvagens. Nela não havia nada sobre “encontros”, sobre qualquer coisa das outras culturas que os missionários tivessem aprendido, incorporado e trazido de volta. Na base de uma mentira, perpetuava-se a ideia de uma qualquer superioridade, mascarada com a falácia da vocação universalista.

Na televisão (na do Estado, não da Igreja) passa uma série chamada *Gente Remota*, estranhamente elogiada pelos críticos. Diz-se documental, mas não passa de reportagem. Está cheia de olhares turísticos, de vozes “off” declamando textos gongóricos, de mau gosto e péssima sintaxe; sem plurivocalidade, só dá a voz a meia dúzia de relíquias que, em paragens exóticas, falam português, e deleita-se sempre que há traços de “presença portuguesa”. Do sentido contrário, o de lá para cá — nada. *Gente Remota* devia ir às obras do metro, ouvir de viva voz o que têm os guineenses a dizer sobre a sua vida. Então sim, seria um documentário.

Os descobrimentos tiveram como resultado a criação dos países mais pobres do mundo e uma guerra eterna? Não faz mal. Em nome de uma invenção cultural, tudo vale, até falar em encontro de culturas — se for essa a expressão da moda. Do mesmo modo que, em nome de um progresso fontista, uma barragem é melhor do que umas gravuras que não falam de Portugal; uma ponte mal localizada é melhor do que a preservação ecológica, coisa de bichos e plantas; uma emigração que envia cheques não é celebrada como “gesta” e “encontro de culturas” porque é feita de subjugados e não de subjugadores; e os imigrantes dos PALOP não são agentes de encontro cultural, mas mão-de-obra.

No meio desta tristeza, valham-nos os estudantes de Foz Côa e as associações ecologistas (não o oportunismo de Mário Soares com a ponte), e os brasileiros e cidadãos dos PALOP que se estão nas tintas para nós. É que, a continuarmos a iludir-nos, seremos nós que não passaremos de gente remota.